

PESQUISA JUVENTUDES NEGRAS

MAPEAMENTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO E DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES NEGRAS

Um panorama das ações e investimentos estatais voltados
às juventudes negras, entre 2013 e 2022

RELATÓRIO ILUSTRADO



PESQUISA JUVENTUDES NEGRAS

MAPEAMENTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES NEGRAS

Um panorama das ações e investimentos estatais voltados
às juventudes negras, entre 2013 e 2022

RELATÓRIO ILUSTRADO

REALIZAÇÃO:



PARCERIA TÉCNICA:



FINANCIAMENTO:



APOIO:



CONSELHO POLÍTICO:



PESQUISA JUVENTUDES NEGRAS

COORDENAÇÃO GERAL

Larissa da Silva Fontana
Michely Ribeiro

EQUIPE EXECUTIVA

Larissa da Silva Fontana
Mathaus Torres
Michely Ribeiro
Camila Andrade Vaz
Gabriella Maduã
Camila Ribeiro
Alessandra Stefanello

ORGANIZAÇÕES IDEALIZADORAS

REALIZAÇÃO:

Em Movimento (Instituto Arapyaú, Ashoka, Impact Hub, Itaú Educação e Trabalho, Instituto Elos, Grupo + Unidos, Fundação FEAC)

Uneafro Brasil - Adriana Moreira

PerifaConnection - Thuane Nascimento

PARCERIA TÉCNICA:

Sankofa Consultoria em Equidade

FINANCIAMENTO:

Em Movimento

Fundação Tide Setubal

Juventudes Potentes - United Way Brasil

Fundação FEAC

Itaú Educação e Trabalho

APOIO:

Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE

CONSELHO POLÍTICO:

Stephanie Felício, Glendha Santos e Henrique Costa - Coletivo Mangueiras (BR)

Celso Araujo - CONAQ (BR)

Beatriz Souza e Amanda Oliveira Santos - Instituto Odara (BA)

Vic Argôlo - CEDENPA (PA)

Carla Francischette e Nayara Bazzoli - Juventudes

Potentes (SP) United Way Brasil

Kayo Moura - Instituto Decodifica (RJ)

Camila Matos e Maryllia Reis - Rede Mulheres Negras (PR)

Wilsara Souza - Grupos de Mulheres Negras Malunga (GO)

CONSULTORIA ESPECIALIZADA:

ETAPA DE DESENHO DA PESQUISA

Taina Silva Santos

Huri Paz

FICHA TÉCNICA

INSTITUIÇÃO CONTRATADA:

Sankofa Consultoria em Equidade

COORDENAÇÃO DA PESQUISA:

Jaqueline Lima Santos

METODOLOGIA DA PESQUISA:

João Gabriel do Nascimento Nganga

PESQUISADORES:

João Gabriel do Nascimento Nganga e Gabriela Costa Lima

ANÁLISE DOS DADOS:

João Gabriel do Nascimento Nganga

TEXTO:

João Gabriel do Nascimento Nganga, Jaqueline Lima Santos e Larissa da Silva Fontana

REVISÃO:

Layne Gabriele da Silva e Alessandra Stefanello

IDENTIDADE VISUAL, PROJETO GRÁFICO

E DIAGRAMAÇÃO:

Camila Ribeiro

INFOGRÁFICOS:

José Francisco Scaglione Quarentei

SUMÁRIO

- 04** Apresentação
- 07** Investimentos Estatais e Políticas Públicas para Juventude Negra: panorama ilustrado
- 08** Presença da Juventude Negra no Setor Público
- 09** Juventude Viva - Um marco para a juventude negra como sujeito de direitos
- 10** Um Olhar para a Segurança Pública e Justiça
- 11** O que encontramos na saúde
- 12** E no desenvolvimento social?
- 12** Cultura
- 13** Ministério da Igualdade Racial
- 15** Algumas conclusões sobre o cenário
- 17** Algumas Políticas Públicas Federais merecem destaque
- 18** Algumas análises sobre as Políticas Públicas Estaduais
- 18** Rio Grande Do Sul
- 19** Bahia
- 23** Amazonas
- 25** São Paulo
- 26** Pará
- 29** Distrito Federal
- 31** Principais achados nas Políticas Públicas Estaduais
- 32** Recomendações
- 34** Bibliografia

Apresentação

Um relatório ilustrado para estampar a urgência de uma perspectiva antirracista, interseccional e intersetorial para os orçamentos públicos no Brasil em prol do desenvolvimento das juventudes negras brasileiras.

No final de 2022, demos início à **Pesquisa Juventudes Negras (JUNE)**, uma realização do Em Movimento, em parceria com a Uneafro Brasil, com o PerifaConnection e com Sankofa Consultoria em Equidade, que apresenta ao campo social **uma coleção de referência sobre as condições de vida, o acesso a direitos e ao investimento social privado e a atuação política das juventudes negras no Brasil**. Era fundamental, em nossa perspectiva, construir um diagnóstico aprofundado sobre a situação das juventudes negras para enfrentarmos problemas históricos que ainda perpassam as relações sociais no nosso país, como o racismo estrutural e as consequências da discriminação racial nas diversas esferas da vida das juventudes.

Essa coleção contará, no total, com **4 relatórios** que visam produzir e sistematizar insumos para a construção de políticas públicas e para a elaboração de iniciativas sociais que dialoguem com os atuais dilemas e anseios vivenciados pelas juventudes negras brasileiras, além de responder efetivamente à demanda política de dados interseccionais de fácil acesso e de ações alinhadas às especificidades desses jovens que vivenciam sua cidadania entre as desigualdades de raça e geração.

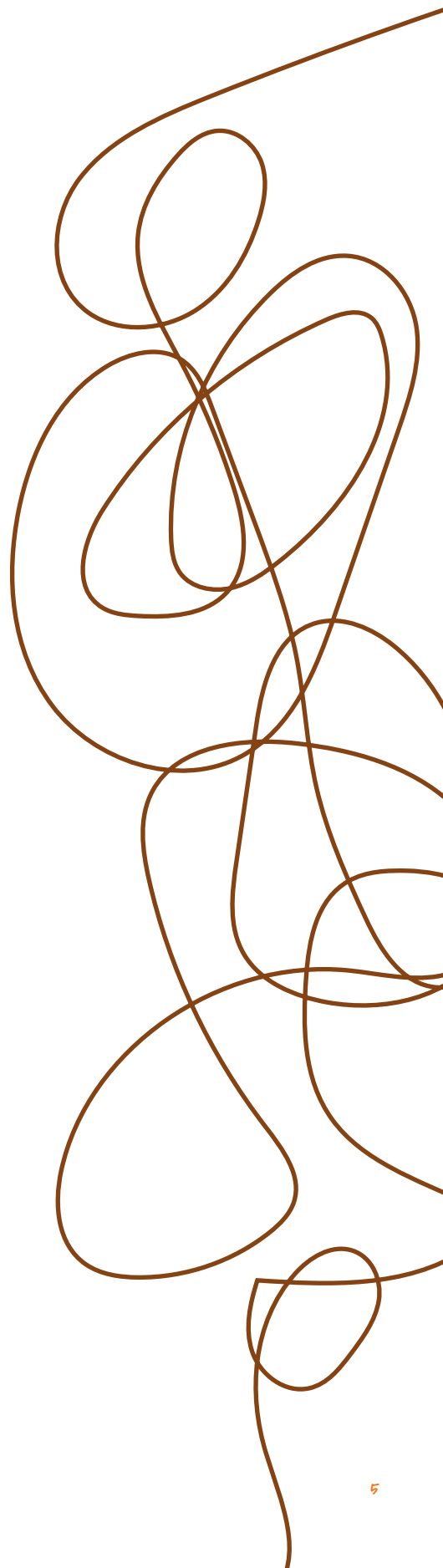
Além do relatório atual, sobre Investimento Público e Políticas Públicas para as Juventudes Negras, a JUNE é composta ainda por um relatório de Panorama Sociodemográfico, com dados atualizados e leitura interseccional de fácil acesso sobre as condições socioeconômicas dessas juventudes no Brasil; um relatório sobre o Cenário de Investimento Social Privado nas Juventudes Negras, que apresenta um diagnóstico do espaço que as agendas de juventude negra têm na atuação da filantropia e do

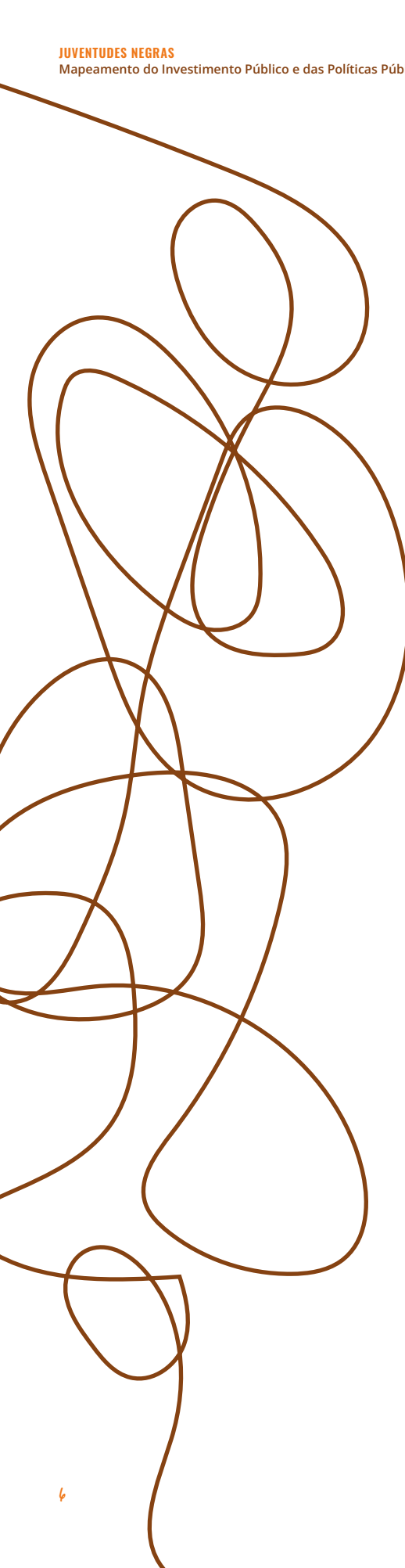
investimento social privado brasileiros; e, por fim, um relatório de Análise do Associativismo das Juventudes Negras, que expõe as características do ativismo juvenil negro, de suas demandas e estratégias políticas, junto a um levantamento das organizações negras lideradas ou voltadas para as questões das juventudes negras que atuam no Brasil.

Como de costume em nossa atuação, os dados são acompanhados de recomendações intersetoriais, construídas junto a um Conselho Político, composto por organizações de juventude negra (ou que têm esse público como prioritário) de todo o país, as quais indicam caminhos possíveis para que diferentes setores possam colocar, efetivamente, as juventudes negras no centro de suas ações. Contamos com a leitura de 7 organizações de atuação nacional e/ou regional que acompanharam a idealização e desenvolvimento da pesquisa, trazendo importantes contribuições sobre suas ações nos territórios e sobre a diversidade de formas de organização e articulação. Estiveram conosco nessa empreitada o CEDENPA - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, o Coletivo Mangueiras, de atuação nacional e equipe em São Paulo e Pernambuco, o Instituto Decodifica do Rio de Janeiro, o Juventudes Potentes, de São Paulo, a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), que tem atuação nacional e sede no Maranhão, a Rede de Mulheres Negras do Paraná e o Instituto Odara, da Bahia.

Mobilizamos, além disso, um time de consultores especialistas - a saber, Taina Silva Sousa e Huri Paz - que nos ajudaram a desenhar a pesquisa para que ela, além do rigor científico, atendesse também as demandas históricas do campo por dados e análises interseccionais sobre as juventudes negras. Consultores e consultoras reconhecidos/as no campo da pesquisa antirracista e do movimento social negro pelo seu compromisso com a produção de conhecimentos emancipatórios, engajados em examinar minuciosamente as inúmeras formas que o racismo estrutural toma na manutenção das desigualdades nesse nosso país, marcado por séculos de escravização e pela defesa institucional e social da mitológica democracia e harmonia racial.

No relatório “Mapeamento do Investimento Público e das Políticas Públicas para as Juventudes Negras”, você vai encontrar um panorama de investimentos públicos e de políticas públicas, por parte do governo federal e de alguns estados, que foram voltados ou que apresentaram recortes específicos para juventudes negras. Esse panorama, que contempla os últimos 10 anos





(2013-2022), explicita ausências e cortes de recursos do campo dos direitos humanos, evidenciando a pouca prioridade destinada a ações para a juventude e a população negra no planejamento das gestões deste período. Esse documento mostra a importância de cobrarmos a execução de recursos empenhados para ações de combate ao racismo e de desenvolvimento das juventudes, a necessidade de pautarmos abordagens intersetoriais para efetivar as políticas públicas de juventude para todos os jovens e a imprescindibilidade de uma leitura interseccional para a resolução do inúmeros e complexos problemas que atingem as juventudes negras no Brasil.

Além disso, os dados apresentados aqui possibilitam que compreendamos onde estão os impasses para a execução de iniciativas públicas efetivas para as juventudes, alertando às organizações preocupadas com essa agenda da urgência de ampliar a participação da sociedade nas definições orçamentárias e de estimular, entre nosso campo, um acompanhamento qualificado e vigilante sobre a gestão dos recursos públicos. Mais do que inserir nossas demandas nas agendas de anos eleitorais, durante os mandatos, precisamos defender práticas de orçamento participativo, nossa participação na definição dos planos plurianuais e a transparência da gestão de recursos públicos.

O relatório ilustrado que apresentamos aqui resume, de forma lúdica e simplificada, os principais achados do relatório de Mapeamento do Investimento Público e das Políticas Públicas para as Juventudes Negras que pode ser acessado na íntegra digitalmente, por meio do QR Code disponível ao final do documento. Esperamos que esse material incentive movimentos sociais, organizações da sociedade civil que atuem com a agenda de juventude, gestores públicos e investidores sociais a se aprofundarem na discussão dos orçamentos públicos e da importância de planejamentos e execuções financeiras efetivas e transparentes para a consolidação da intersetorialidade e da equidade que marca a formulação das políticas públicas de juventude brasileiras, pois essa é a única forma de alcançar e garantir os direitos de jovens negros e negras do Brasil.

Larissa da Silva Fontana

Secretária Executiva do Em Movimento e Coordenadora Geral da Pesquisa Juventudes Negras
Jovem negra, paranaense, de 27 anos, que atua, desde os 18, com projetos sociais voltados para as juventudes.

INVESTIMENTOS ESTATAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NEGRA:

PANORAMA ILUSTRADO



AS DIRETRIZES DO ESTATUTO DA JUVENTUDE

APONTAM COMO PONTO PRIMORDIAL

O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES, PROGRAMAS E POLÍTICAS DE FORMA INTERSETORIAL

e destacam a **IMPORTÂNCIA DE UMA RELAÇÃO FORTALECIDA ENTRE** os entes federados, redes de órgãos e conselhos de juventude, poderes legislativo e judiciário e órgãos de denúncia e defesa de direitos, **como Defensoria Pública e Ministério Público.**

QUANDO NOS REFERIMOS ÀS JUVENTUDES NEGRAS E QUILOMBOLAS,



ESSE ESTATUTO COLOCA EM EVIDÊNCIA AS EMERGÊNCIAS QUE AS AFETAM - ASSIM COMO DE OUTROS GRUPOS.

A PALAVRA EQUIDADE ESTÁ EXPRESSA

EM TODOS OS DIREITOS E, COMO SABEMOS, **EQUIDADE SIGNIFICA ATENDER TODOS OS GRUPOS DE ACORDO COM AS SUAS NECESSIDADES** e, se necessário, **operar distribuição desigual de recursos** para aqueles que mais precisam no processo de consolidação de seus direitos.

O ESTATUTO DA JUVENTUDE **ENFATIZA OS DIREITOS À DIVERSIDADE E ÀS DIFERENÇAS SEM SER SUBMETIDO AO TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO.**



ESSA NOVA DIRETRIZ POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE, LANÇADA EM 2013 E QUE SE COLOCA COMO EXEMPLAR FRENTE ÀS LEGISLAÇÕES DO OUTROS LUGARES DO MUNDO, **GANHA FORMA NO BRASIL EM UM MOMENTO DE ENFRAQUECIMENTO DA DEMOCRACIA.**

ISSO FAZ COM QUE, UMA DÉCADA APÓS A APROVAÇÃO DO ESTATUTO DAS JUVENTUDES...

...o país ainda tenha poucas políticas que reflitam a pluralidade desse grupo geracional e que garantam a intersectorialidade para que os direitos se concretizem de forma inter-relacionada.



OS DADOS COLETADOS DEMONSTRAM

QUE O ESTATUTO DA JUVENTUDE NÃO ESTÁ SENDO IMPLEMENTADO e que **os direitos das juventudes** em uma perspectiva de desenvolvimento integral e de trabalho intersectorial

NÃO SE CONCRETIZAM OU ACONTECEM DE FORMA DEFICITÁRIA

PRESENÇA DA JUVENTUDE NEGRA NO SETOR PÚBLICO

QUANDO OLHAMOS PARA QUEM ATUA NO SETOR PÚBLICO E EXECUTA AS POLÍTICAS PÚBLICAS, TAMBÉM VEMOS AS DISPARIDADES DE GERAÇÃO, RAÇA E GÊNERO.



31,74% para jovens negros/as e 63,27% para jovens brancos/as.,
O SEGUNDO GRUPO CONTINUA SENDO **DUAS VEZES MAIS** representado do que o primeiro no serviço público federal.



JOVENS BRANCAS CONTINUAM SENDO DUAS VEZES MAIS ATUANTES QUE JOVENS NEGRAS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



JOVENS BRANCOS CONTINUAM SENDO MAIORIA EM RELAÇÃO AOS JOVENS NEGROS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PARA REFLETIR:

A representatividade no serviço público é essencial porque garante que as diferentes perspectivas, necessidades e experiências sociais sejam consideradas no desenvolvimento, implementação e no acompanhamento das políticas públicas, tornando-as mais inclusivas, eficazes e justas. Para ler mais sobre, recomendamos a pesquisa “Equidade e Representatividade: Síntese de evidências sobre a presença de mulheres e pessoas negras em cargos de liderança e autoridade”, produzida pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper (Neri) a pedido da Fundação Lemann, em 2023.



ACESSE A PESQUISA “EQUIDADE E REPRESENTATIVIDADE”

JUVENTUDE VIVA - UM MARCO PARA A JUVENTUDE NEGRA COMO SUJEITO DE DIREITOS

CONHEÇA O “JUVENTUDE VIVA” (2012), POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE COM PAPEL FUNDAMENTAL PARA OS DIREITOS DAS JUVENTUDES NEGRAS

O JUVENTUDE VIVA TINHA O OBJETIVO DE **AMPLIAR O ACESSO À EDUCAÇÃO, LAZER, TRABALHO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**, COM O INTUITO DE **CONTRIBUIR COM A EMANCIPAÇÃO DAS JUVENTUDES NEGRAS**.

AÇÕES INTERSETORIAIS



Educação: Projovem Urbano (MEC), PRONATEC (MEC), Programa Mais Educação (MEC) e Programa Escola Aberta (MEC).



Segurança Pública: Disque 100 e Pacto pela Vida da Juventude Negra no Sistema de Justiça.



Emprego e renda: Centros de Economia Solidária (MTE).



Saúde: Programa Saúde na Escola, Academias de Saúde e Mais Médicos.



Cultura: Núcleo de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra – NUFAC (2013).



Igualdade racial: CPI da violência contra jovens negros (CPIADJ); Fim dos Autos de Resistência.

VOCÊ SABIA?

O Plano Juventude Viva foi reformulado e relançado em 2024, agora, com uma abordagem explicitamente voltada às juventudes negras. O Plano Juventude Negra Viva é pensado de forma transversal e intersetorial, com 11 eixos de atuação (segurança pública e acesso à justiça; geração de trabalho, emprego e renda; educação; democratização do acesso à cultura e à ciência e tecnologia; promoção da saúde; garantia do direito à cidade e à valorização dos territórios; fortalecimento da democracia; assistência social; segurança alimentar e nutricional; e esporte). O plano apresenta diagnósticos e mais de 200 ações entre todos os eixos.



ACESSE O PLANO JUVENTUDE NEGRA VIVA

UM OLHAR PARA A SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, POR MEIO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, INFORMOU ALGUMAS INICIATIVAS DO PERÍODO:

EM 2013, foi publicada a segunda edição da Cartilha “Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade”, NA QUAL HÁ UM CAPÍTULO INTITULADO “RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL”,



QUE CONCEITUA RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL, ABORDA OS ASPECTOS LEGAIS QUE TRATA DO RACISMO E INJÚRIA RACIAL,

aponta que “**elemento suspeito cor padrão**” é uma forma de discriminação e informa os procedimentos a serem seguidos no atendimento de ocorrência de racismo;



EM 2014, foi lançada uma **nova matriz curricular** para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. NESSA NOVA MATRIZ, OS CONCEITOS DE RAÇA, RACISMO, INJÚRIA RACIAL, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO são abordados na disciplina

“DIVERSIDADE ÉTNICO SOCIOCULTURAL”;

EM 2016, foi publicado o **sexto volume da Coleção “Pensando a Segurança Pública”**, no qual há um capítulo intitulado “SEGURANÇA PÚBLICA E QUESTÕES RACIAIS: ABORDAGEM POLICIAL NA PERSPECTIVA DE POLICIAIS MILITARES E JOVENS NEGROS”,



QUE SE TRATA DE UMA PESQUISA SOBRE A ABORDAGEM POLICIAL NOS MUNICÍPIOS DE SALVADOR, FORTALEZA E RECIFE,

para **compreender os critérios normativos e as representações sociais** que pautam a construção do “suspeito”.

VOCÊ SABE O QUE É PERFILAMENTO RACIAL?

Segundo as Nações Unidas, o perfilamento racial “se refere ao processo pelo qual as forças policiais fazem uso de generalizações fundadas na raça, cor, descendência, nacionalidade ou etnicidade ao invés de evidências objetivas ou o comportamento de um indivíduo, para sujeitar pessoas a batidas policiais, revistas minuciosas, verificações e re-verificações de identidade e investigações, ou para proferir um julgamento sobre o envolvimento de um indivíduo em uma atividade criminosa”.

PARA REFLETIR:

Essas diretrizes apontam para o reconhecimento do próprio Estado quando à relação tensa, marcada pelo racismo, entre as forças de segurança pública e a juventude negra. Como podemos garantir uma abordagem antirracista para a atuação das polícias no Brasil a fim de proteger as juventudes negras do perfilamento racial?



O QUE ENCONTRAMOS NA SAÚDE

No documento enviado pelo **Ministério da Igualdade Racial (MIR)** em resposta a nossa pesquisa, **SÃO APONTADAS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE FORAM REALIZADAS NO PERÍODO DE 2012 A 2018 EM PARCERIA COM O PLANO JUVENTUDES VIVAS. SÃO ELAS:**



Política Nacional para Atenção à Saúde do Homem, **com foco na violência urbana;**



Oficinas para o **Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra** no Sistema de Saúde;



Promoção da Saúde da Juventude Negra.



O Ministério da Saúde **não mencionou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2006) COMO UMA AÇÃO QUE CONTEMPLA AS ESPECIFICIDADES DAS JUVENTUDES NEGRAS,**

em especial no que se refere aos atendimentos, à saúde mental, aos casos de violência externa e à prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e da exclusão social.

APESAR DISSO, NESSA POLÍTICA, LANÇADA EM 2006, HÁ UMA PARTE DEDICADA ÀS JUVENTUDES NEGRAS,

a qual traz um **panorama das violências que jovens negros e negras são submetidos cotidianamente** e recomenda, por meio do Plano Operativo (2017-2019) da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), **“INCENTIVAR AÇÕES SETORIAIS E INTERSETORIAIS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL, OBJETIVANDO A REDUÇÃO DOS ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA LETAL CONTRA A JUVENTUDE NEGRA”.**

E NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL?

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) informou que,

no que se refere à Segurança Alimentar, DESENVOLVE O PROJETO “COMER PRA QUÊ?” DESDE 2014.

Esse projeto, segundo o ministério, tem como público

AS JUVENTUDES BRASILEIRAS COM O OBJETIVO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS ALIMENTARES,

por meio de peças de comunicação, tais como, spots de rádio, jingles, filmes de animação e vídeos protagonizados por jovens.



CULTURA



A SECRETARIA DA CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL (SCDC)

RELATOU A CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL CULTURA VIVA,

instituída pela Lei Federal 13.018/2014, que abrangeu,

direta e indiretamente, **as juventudes negras em suas ações,**

com destaque para:

- **SELO CULTURA VIVA (2014)**, que selecionou 621 locais denominados **“Pontos/Pontões de Cultura”**, em que as ações com foco nas juventudes e cultura negra eram prioridades;
- **EDITAL DE REDES (04/2015)** que disponibilizou 3 milhões de reais, no qual ações voltadas para **“Cultura e Juventudes”** eram um dos focos do edital;
- **EDITAL CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS - Edição Selma do Coco/2017, Edição Leandro Gomes de Barros/2018 e Edição Teixeira/2019** que contemplava de forma indireta as juventudes negras.



A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

informou que, no período pesquisado,

AS AÇÕES REALIZADAS VOLTADAS A PESSOAS NEGRAS, E QUE, DE MODO DIREITO E INDIRETO, ALCANÇAVAM JOVENS NEGROS E NEGRAS, FORAM:

- Criação do Grupo de Trabalho sobre Diversidade de Gênero e Étnico-Racial no Audiovisual;
- Edital SAV no 05/2014 Curta Afirmativo 2014;
- Edital SAV no 03/2016;
- Longa Baixo Orçamento Afirmativo;
- Edital SAV/FSA no 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10/2018.

O MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

MENCIONOU TRÊS INICIATIVAS REALIZADAS DENTRO DO PERÍODO PESQUISADO (2013 A 2022):



3ª E 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA IGUALDADE RACIAL

que ocorreram em **2013 e 2018**, respectivamente; e **PLANO JUVENTUDE VIVA**, NO QUAL AS JUVENTUDES NEGRAS ERAM O PÚBLICO PRIORITÁRIO.

INFORMOU QUE NO ANO DE 2016, O RECURSO FOI DESTINADO DE MODO CONJUNTO PARA OS MINISTÉRIOS DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DOS DIREITOS HUMANOS

Valor empenhado

R\$ 5.909.814



Valor liquidado

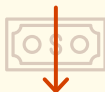
R\$ 1.888.286

EM OUTRAS PALAVRAS, APENAS 1/3 FOI EXECUTADO, E MAIS:



ENTRE 2016 E 2019

não houve valores empenhados para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR);



ENTRE 2013 E 2015

houve uma diminuição de valores empenhados, os valores executados não chegaram a **25% DO VALOR EMPENHADO**



NO PERÍODO DE 2013 A 2019,

o Ministério dos Direitos Humanos, por meio da ação geral “FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”,

teve um orçamento estabelecido no Plano Plurianual (PPA) de R\$ **11.327.905 de valor empenhado** e de **R\$ 8.678.271** de valor liquidado no ano de 2018.



NO ANO DE 2019, ESSE MINISTÉRIO JUNTO COM O MINISTÉRIO DAS MULHERES

teve o montante de

R\$3.035.946 empenhado

e o valor liquidado foi de

R\$583.068,

MENOS DE **20%**
DO VALOR EMPENHADO

VOCÊ SABE O QUE É O PLANO PLURIANUAL (PPA)?

É um documento que traz as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Prevê, entre outras coisas, as grandes obras públicas a serem realizadas nos quatro anos seguintes a sua aprovação.

DE 2020 E 2022

NÃO HAVIA NENHUMA SECRETARIA OU MINISTÉRIO QUE TRATASSE DE MODO EXCLUSIVO DA TEMÁTICA DA IGUALDADE RACIAL.



AS INICIATIVAS COM FOCO NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL FORAM INCORPORADAS NA AÇÃO GERAL “**PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS PARA TODOS**” e realizadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A **Secretaria Nacional da Juventude** também estava sob responsabilidade desse ministério. Nesse período, temos o **seguinte cenário de valores empenhados e liquidados:**



ANO	AÇÃO	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO
2020	Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	R\$ 2.623.927	R\$ 2.394.915
2020	Gestão de Políticas Públicas de Juventude	R\$ 5.275.498	R\$ 0,00
2021	Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	R\$ 1.489.770	R\$ 489.521
2021	Gestão de Políticas Públicas de Juventude	R\$ 3.988.173	R\$ 127.961
2022	Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	R\$ 2.446.260	R\$ 1.645.963
2022	Gestão de Políticas Públicas de Juventude	R\$ 1.648.151	R\$ 367.769

OBSERVA-SE QUE:



Entre 2020 e 2022, **NÃO SE TINHA UMA SECRETARIA OU MINISTÉRIO** que tratasse de modo exclusivo da temática da igualdade racial;

Entre 2020 e 2022, **HOVE DIMINUIÇÃO DE VALORES EMPENHADOS PARA AS POLÍTICAS PARA JOVENS, NÃO CHEGANDO A 5% DO VALOR EXECUTADO;**



Em 2021, **O VALOR EXECUTADO DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO IGUALDADE RACIAL NÃO CHEGARAM A 35%.**

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE O CENÁRIO

DIANTE DO LEVANTAMENTO DE DADOS, DESTACAM-SE ALGUMAS INICIATIVAS E DADOS, QUE ALCANÇAM DE MODO DIRETO E INDIRETO AS JUVENTUDES NEGRAS.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)



EM 2013, **INVESTIU MENOS DE 20% DO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO** EM AÇÕES DE “FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”, contemplando iniciativas voltadas para as juventudes negras, mas sem especificar quais ações foram realizadas;



EM 2014, **INVESTIU QUASE 95% DO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO** EM AÇÕES DE “FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”, contemplando iniciativas voltadas para as juventudes negras, mas sem especificar quais ações foram realizadas.



EM 2015, **INVESTIU 21% DO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO** EM AÇÕES DE “FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”, contemplando iniciativas voltadas para as juventudes negras, mas sem especificar quais ações foram realizadas.

O Ministério da Justiça e Cidadania



EM 2017, **INVESTIU MENOS DE 15% DO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO** EM AÇÕES DE “FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”, contemplando iniciativas voltadas para as juventudes negras, mas, novamente, sem especificar quais ações foram realizadas, e em ações de “FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”, em que o intuito foi fortalecer e expandir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR.

O Ministério dos Direitos Humanos



DE 2013 A 2018, **INVESTIU MENOS DE 80% DO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO** EM AÇÕES DE “FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”.



O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

INVESTIU EM AÇÕES DE “FOMENTO A AÇÕES AFIRMATIVAS E OUTRAS INICIATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”



EM 2019,
MENOS DE 20%
DO VALOR DO ORÇAMENTO
APROVADO



EM 2021, **MENOS DE 35%** DO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO



EM 2020, **MAIS DE 90%**
DO VALOR DO ORÇAMENTO
APROVADO



EM 2022, **MENOS DE 70%** DO VALOR DO ORÇAMENTO APROVADO

ALÉM DISSO TUDO, NOS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPA),

NÃO CONSTAM O DETALHAMENTO DAS AÇÕES REALIZADAS,

bem como o alcance dessas ações, **o que dificulta análises e reflexões de pesquisadores e da sociedade civil interessada em acompanhar a gestão de recursos públicos.**

NO QUE SE REFERE AO TOTAL DE SERVIDORES JOVENS ATUANDO NO PODER EXECUTIVO, tanto em 2013 quanto em 2022, o número de servidores **juvens brancos e brancas** atuando no executivo federal era **2 VEZES MAIOR QUE O DE JOVENS NEGROS E NEGRAS.**

Tanto em 2013, quanto em 2022, o percentual de servidores **juvens brancos e brancas** ATUANDO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE **ERA MAIOR QUE O DOBRO QUE O DE JOVENS NEGROS E NEGRAS.**

Em 2013, o percentual de servidores **juvens brancos e brancas** ATUANDO NO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS **ERA QUASE DUAS VEZES MAIS QUE O DE JOVENS NEGROS E NEGRAS.**

E em 2022, o percentual de servidores **juvens brancos e brancas** ATUANDO NO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS **ERA MAIS QUE O DOBRO QUE O DE JOVENS NEGROS E NEGRAS.**



ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS MERECEM DESTAQUE:



REALIZAÇÃO DO PROGRAMA PROJovem URBANO, que tinha como objetivo **ELEVAR A ESCOLARIDADE MÉDIA, PROMOVER AÇÕES VOLTADAS À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AO DESENVOLVIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADÃ** de aproximadamente **60 MIL JOVENS** no período de 2012 a 2018, **no qual havia um recorte para atendimento de jovens negros e negras;**



INSTITUIÇÃO DE PORTARIA, em 2016, para elaboração do **PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA E POVOS DE TERREIRO;**



REALIZAÇÃO DE OFICINAS, no período de 2012 a 2018, voltadas para **O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NEGRA NO SISTEMA DE SAÚDE;**



ESTABELECIMENTO DO DECRETO Nº 9.427, de 28 de junho de 2018 que **RESERVA AOS NEGROS 30% DAS VAGAS OFERECIDAS NAS SELEÇÕES PARA ESTÁGIO** no âmbito da **administração pública federal direta, autárquica e fundacional;**



Publicação de edital, em 2013, para a **CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE CULTURA DA JUVENTUDE NEGRA**, que tinha como objetivo **A VALORIZAÇÃO, O FOMENTO E A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO** **através da formação de agentes culturais jovens negros e negras**, com enfoque em ações relacionadas à temática do racismo;



PLANO JUVENTUDE VIVA no qual as **juventudes negras eram o público prioritário**. Essa iniciativa tinha o objetivo de **AMPLIAR O ACESSO À EDUCAÇÃO, LAZER, TRABALHO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**, com o intuito de contribuir com **a emancipação das juventudes negras**. As ações desse plano foram realizadas no período de 2012 a 2018.

ALGUMAS ANÁLISES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

RIO GRANDE DO SUL



AO CONSULTAR OS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPAS), disponibilizados no site da **Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul,**

OBSERVAMOS O SEGUINTE CENÁRIO:

2013



FOI DISPONIBILIZADO UM MONTANTE DE R\$ 965.751,14 PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES NA ÁREA DE “IGUALDADE RACIAL, ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO”, DOS QUAIS R\$ 22.000,00 FORAM LIQUIDADOS PARA ATIVIDADES VOLTADAS À REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS, o que representa **MENOS DE 5% DO VALOR TOTAL revertido em ações de enfrentamento** às violências sofridas pelas juventudes negras no estado.

2014



FOI PREVISTA NO PLANO PLURIANUAL (PPA) A REALIZAÇÃO DE AÇÕES COM FOCO NA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS, porém, no relatório de 2014, **não foi informado o valor investido.**

2015



FOI PREVISTO O VALOR DE R\$ 4.000.000,00 PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS, CONTUDO, APENAS R\$ 3.000.000,00 FORAM LIQUIDADOS.

2016, 2020, 2021 E 2022



NÃO FORAM REGISTRADAS AÇÕES VOLTADAS ÀS JUVENTUDES NEGRAS, COM FOCO NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.

2017

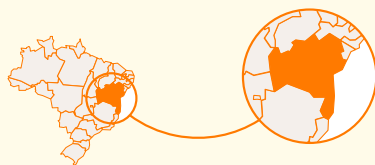


FOI DISPONIBILIZADO O VALOR DE R\$ 104.000,00 PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA.

2018 E 2019



NÃO HÁ INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS nos portais online do governo do estado do Rio Grande do Sul.



BAHIA

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INFORMOU QUE,

no período de 2013 a 2022, foram promulgadas **legislações que alcançam**, de forma indireta,

JOVENS NEGROS E NEGRAS. SÃO ELES:

2013



LEI Nº 12.910, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013:

RECONHECE A PROPRIEDADE DEFINITIVA DAS TERRAS PÚBLICAS ESTADUAIS, RURAIS E DEVOLUTAS, ocupadas pelas **Comunidades Remanescentes de Quilombos**.

2014



LEI Nº 13.182, DE 6 DE JUNHO DE 2014:

INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E DE COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA DO ESTADO DA BAHIA,

QUE TEM COMO FINALIDADE ASSEGURAR À POPULAÇÃO NEGRA

a efetivação da **igualdade de oportunidades**, a defesa de **direitos individuais e coletivos** e o combate à **discriminação e às demais formas de intolerância racial e religiosa**.



LEI Nº 13.208, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014:

INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO DE NEGROS E MULHERES (PENM), COM O OBJETIVO DE **CRIAR CONDIÇÕES PARA AUMENTAR** a **inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável** de empreendimentos liderados por pessoas negras e mulheres.

2015



LEI Nº 13.452, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015:

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE (CEJUVE), QUE TEM, ENTRE SEUS OBJETIVOS, O DE APRESENTAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

QUE ASSEGUREM E AMPLIEM OS DIREITOS DA JUVENTUDE.

Contudo, essa legislação **não menciona as especificidades** das juventudes negras, quilombolas e indígenas.

NO PERÍODO DE 2013 A 2022,



FORAM PROMULGADOS VÁRIOS DECRETOS QUE IMPACTARAM AS JUVENTUDES NEGRAS DE DIVERSAS FORMAS.



2016



DECRETO Nº 16.761, DE 07 DE JUNHO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O PROJETO ESTADUAL DE INCENTIVO À CONCESSÃO DE ESTÁGIO E PRIMEIRA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL A ESTUDANTES E EGRESSOS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, BEM COMO A JOVENS E ADOLESCENTES QUALIFICADOS por **programas governamentais** executados pelo Estado da Bahia.

2021



DECRETO Nº 20.299, DE 11 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA (CDCN), CUA FINALIDADE É REALIZAR ESTUDOS, PROPOR AÇÕES E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, além de **monitorar o relacionamento dos órgãos** governamentais com a comunidade negra.

NO ÂMBITO DA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM PROCESSOS EDUCACIONAIS, FORAM REALIZADAS AS SEGUINTE AÇÕES:

2019



CRIAÇÃO DO GRUPO E DO COMITÊ COM ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA REDE ESTADUAL.

2021-2022



REALIZAÇÃO DO PROJETO “SIMULAÇÕES DA ONU”, com vagas destinadas a estudantes quilombolas.

2022



PARTICIPAÇÃO NO III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS (ENEKI), realizado em Acupe, Santo Amaro-BA.

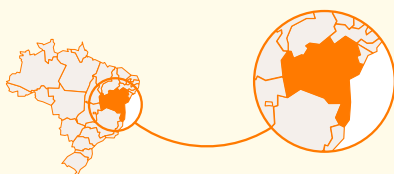
SOB A RESPONSABILIDADE

DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, FORAM INFORMADAS AS SEGUINTE AÇÕES:


2021



IMPLEMENTAÇÃO DE CURSINHOS PRÉ-VESTIBULAR DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS EM ALGUMAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA BAHIA, como no município de Juazeiro, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).



BAHIA

EM CONSULTA AOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPAS) 
DISPONIBILIZADOS NA PÁGINA ONLINE DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA,

TEMOS O SEGUINTE CENÁRIO:

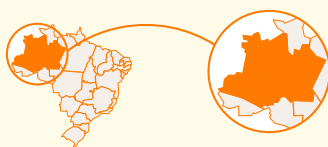
- 2013**   **NA ÁREA TEMÁTICA 'CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS',** FOI LIQUIDADO O VALOR DE R\$ 6.431.000,00 PARA AÇÕES VOLTADAS ÀS JUVENTUDES. Esse valor representa **MENOS DE 5% DO MONTANTE** destinado a essa área temática, **QUE FOI DE R\$ 288.807.000,00.**
-   **NA ÁREA TEMÁTICA 'GÊNERO, RAÇA E ETNIA',** FOI DISPONIBILIZADO O VALOR DE R\$ 5.181.000,00 PARA AÇÕES VOLTADAS À PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.
- 2014**   **NA ÁREA TEMÁTICA "CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS",** FOI LIQUIDADO O VALOR DE R\$ 3.229.000,00 PARA AÇÕES VOLTADAS ÀS JUVENTUDES. Esse valor representa **MENOS DE 2% DO MONTANTE** destinado a essa área temática, **QUE FOI DE R\$ 265.084.000,00.**
- 2015**   **NA ÁREA TEMÁTICA "CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS",** FOI LIQUIDADO O VALOR DE R\$ 2.694.873,72 PARA AÇÕES VOLTADAS ÀS JUVENTUDES. Esse valor representa **MENOS DE 1% DO MONTANTE** destinado a essa área temática, **QUE FOI DE R\$ 374.668.000,00.**
- 2016**   **NA ÁREA TEMÁTICA "IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS",** FOI EMPENHADO O VALOR DE R\$ 1.308.000,00 E LIQUIDADO R\$ 1.306.000,00. O valor liquidado representa **QUASE 100% DO VALOR EMPENHADO.** 
- 2017**   **NA ÁREA TEMÁTICA "IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS",** FOI EMPENHADO O VALOR DE R\$ 6.304.000,00 E LIQUIDADO R\$ 6.286.000,00. O valor liquidado representa **QUASE 100% DO VALOR EMPENHADO.** 



PARA REFLETIR:

O número de leis baianas voltadas para a igualdade racial é admirável, entretanto, a Bahia é, hoje, além do estado mais negro do país, também o estado com os maiores índices de violência policial e homicídios da juventude negra. Segundo o relatório “Pele Alvo”, lançado em novembro de 2023, em 2022, a Bahia atingiu o ápice da brutalidade. Pela primeira vez, o estado registrou mais mortes cometidas por agentes de segurança do que o Rio de Janeiro, lugar onde a polícia é conhecida pela sua violência extrema. O número de 1.465 mortos ficará marcado na história baiana, que há pelo menos oito anos enfrenta um aumento desenfreado das mortes causadas por policiais. Entre 2015 e 2022, o Estado vivenciou um aumento de mais de 300% na letalidade policial. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública corroboram essa análise: em 2023 a polícia foi responsável pela morte de 6.393 pessoas em todo o país. Destas, 71,7% eram crianças, adolescentes ou jovens com até 29 anos, sendo 82% negras.

AMAZONAS



A SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA PÚBLICA INFORMOU

que segue as diretrizes do **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. **A META 4 DESSE PLANO ESTABELECE A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E À CRIMINALIDADE**, com prioridade para aquelas relacionadas à **letalidade de jovens negros, mulheres e outros grupos vulneráveis**.

Entre outubro de 2018 e dezembro de 2022, **FORAM REALIZADAS 65 PALESTRAS EM ESCOLAS PÚBLICAS** SOBRE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL,

ATINGINDO UM PÚBLICO DE 3.563 ESTUDANTES.

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, POR MEIO DA GERÊNCIA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL E DIVERSIDADE, informou que acompanha a implementação das **Diretrizes Nacionais da Educação**

PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS UNIDADES ESCOLARES.

A **SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**, POR MEIO DA GERÊNCIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E RESPEITO À DIVERSIDADE RELIGIOSA, destacou a existência dessa gerência como **um avanço no enfrentamento ao racismo e na formulação de políticas públicas**

QUE PROMOVEM A IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E A DIVERSIDADE RELIGIOSA NO ESTADO.

ENTRE 2013 E 2022,

FORAM REALIZADAS TRÊS AÇÕES FOCADAS NAS JUVENTUDES NEGRAS:



“**CICLO DE PALESTRAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS**”, REALIZADO EM PARCERIA COM O PROJETO “ENEGRECENDO A UFAM”, com o objetivo de expor e explicar aos estudantes do ensino médio **o processo de cotas raciais nas universidades**;



CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO TEMA “IGUALDADE RACIAL”, com o intuito de preparar esses profissionais para um **atendimento mais humanizado ao público vulnerável**;



PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 5.620, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021, que estabelece uma **campanha permanente** de combate ao **RACISMO EM ESCOLAS, EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS NO ESTADO** E CRIA O **SELO AMAZONAS PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**.

A SECRETARIA DE CULTURA INFORMOU QUE,

ENTRE 2013 E 2022, viabilizou ações voltadas para A POPULAÇÃO NEGRA, QUILOMBOLA E JUVENTUDES NEGRAS POR MEIO DE EDITAIS E PARCERIAS.

2013



Concurso para concessão de prêmios de **produção, criação e promoção de projetos artísticos e culturais.** ESSE CONCURSO CONTEMPLA AS CATEGORIAS “**PESQUISA ARTÍSTICA E CULTURAL**”, “**CULTURA POPULAR**” E “**DIVERSIDADE CULTURAL**”, COM A SELEÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS PARA A TEMÁTICA DA CULTURA NEGRA.



2020



EDITAL FELICIANO LANA – LEI ALDIR BLANC, COM A CATEGORIA “**CULTURA AFRO-BRASILEIRA**”.

2021



PRÊMIO AMAZONAS CRIATIVO, COM AS CATEGORIAS “**CULTURA POPULAR E FOLCLORE**”, “**ARTES INTEGRADA**”, “**CULTURA AFRO-BRASILEIRA**” E “**AUDIOVISUAL**”.

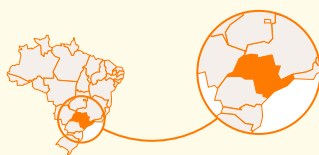
NESSE PERÍODO,

os valores **empenhados e liquidados NO ÂMBITO DOS PLANOS PLURIANUAIS, COM AÇÕES VOLTADAS PARA AS JUVENTUDES NEGRAS E QUILOMBOLAS, FORAM:**

ANO	VALORES
2014	R\$ 193.780,00
2015	R\$ 96.000,00
2019	R\$ 190.000,00
2020	-
2021	R\$ 195.000,00



SÃO PAULO



A Secretaria de Segurança Pública indicou que A SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA ESTARIA MAIS APTA A FORNECER UMA RESPOSTA COMPLETA.

ESTA, POR SUA VEZ, INFORMOU QUE, ENTRE 2013 E 2022,

foram realizadas ações que atingiram **JOVENS NEGROS E NEGRAS, DE FORMA DIRETA E INDIRETA.**



2013

Conferência Estadual de **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL;**

2014

Seminário **“GESTÃO ESCOLAR PARA EQUIDADE – JUVENTUDE NEGRA”;**



Seminário **“TECENDO POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE AFRODESCENDENTE”;**



Inclusão permanente da disciplina **“QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL”** NA MATRIZ CURRICULAR DE FORMAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES;



2018

Conferência Estadual de **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL;**



2022

Conferência Estadual de **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL;**



Programa **“SP CONTRA O RACISMO”** – AÇÕES AFIRMATIVAS VOLTADAS PARA AS QUESTÕES RACIAIS;



Termo de cooperação com o projeto **“TRILHAS ANTIRRACISTAS”** da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para **ACOMPANHAMENTO DOS CASOS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS DO ESTADO;**



Gestão do **PROJETO DE AGENDA JUVENIL**, EM PARCERIA COM O **INSTITUTO SOU DA PAZ**, com foco no enfrentamento à **letalidade da juventude negra no estado.**

AO CONSULTAR OS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPA), disponíveis na página online da **Secretaria da Fazenda do Estado do Pará,**

ENCONTRAMOS O SEGUINTE CENÁRIO:

2012-2015



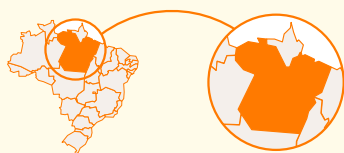
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE – R\$ 874.794,00.
NÃO FORAM INFORMADOS O VALOR LIQUIDADO NEM AS AÇÕES VOLTADAS especificamente para as **juventudes negras.**

2016-2019



SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE – R\$ 1.396.654.113,00.
NÃO FORAM INFORMADOS O VALOR LIQUIDADO NEM AS AÇÕES VOLTADAS especificamente para as **juventudes negras.**

PARÁ



A Secretaria de Turismo afirmou que **REALIZA PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO para pessoas interessadas** em atuar no setor turístico, **INCLUINDO JOVENS NEGROS E MEMBROS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS,** **COMO INDÍGENAS E QUILOMBOLAS.**

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, **POR MEIO DA DIRETORIA DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PREVENÇÃO SOCIAL,**

INFORMOU QUE, ENTRE 2013 E 2022,

REALIZOU UMA AÇÃO ESPECÍFICA VOLTADA PARA JOVENS NEGROS E NEGRAS:

2021

PARCERIA COM O CANAL FUTURA



com o objetivo de **aproximar-se e criar diálogos com jovens** paraenses em **SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.**



Essa ação foi realizada por meio de **um kit chamado “MALETA FUTURA”,** que **contém um conjunto de materiais** que abordam, de forma didática, **TEMAS COMO RACISMO, EXPLORAÇÃO SEXUAL, HOMICÍDIOS E DIVERSIDADE.**

AO CONSULTARMOS OS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPA), disponíveis na página online da **Secretaria da Fazenda do Estado do Pará,**

IDENTIFICAMOS O SEGUINTE CENÁRIO:

2013

Não houve ações específicas com foco **nas juventudes negras.**



O PLANO PLURIANUAL (PPA) DE 2013 PREVIO DUAS AÇÕES VOLTADAS PARA AS JUVENTUDES:



OS “ENCONTROS DA JUVENTUDE”,

com empenho e liquidação **no valor de 547 mil reais,**

E A AÇÃO “JOVEM TRABALHADOR”,

VOLTADA À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS,

com empenho de 2,031 milhões de reais e **liquidação de 1,877 milhão de reais.**

2014



FOI DESTINADO O VALOR DE 4,16 MILHÕES DE REAIS
PARA A TEMÁTICA DE IGUALDADE ÉTNICORACIAL E SOCIAL.

No entanto, foram executados **apenas 622 mil reais**, o que representa **MENOS DE 15% DO VALOR EMPENHADO.**

Não há registro de **ações com foco específico** nas juventudes negras dentro dessa temática.



Neste ano, **foram destinados 211 mil reais** de recursos **VOLTADOS À VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE** para a realização de ações que visam à **elaboração de planos** de uso e de desenvolvimento socioeconômico e ambiental **DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS.**

ENTRE ESSAS AÇÕES, DESTACOU-SE O I SEMINÁRIO DA JUVENTUDE QUILOMBOLA DO AÇARÁ.

2015



FORAM DESTINADOS 1,5 MILHÃO DE REAIS
PARA A TEMÁTICA DE IGUALDADE ÉTNICORACIAL E SOCIAL.

No entanto, **apenas 317 mil reais foram executados**, representando quase **20% DO VALOR EMPENHADO.**

Não há registro de **ações com foco nas juventudes negras** dentro dessa temática.

2016



NÃO HOUVE AÇÕES COM FOCO NAS JUVENTUDES NEGRAS.
O PREVISTO NO PPA DE 2016 ESTAVA NA AÇÃO “PRÓ-PAZ JUVENTUDES”, com 5,8 milhões de reais empenhados e **3,9 milhões de reais liquidados**, o que corresponde a quase **70% DO VALOR EMPENHADO.**

2017



NÃO HOUVE AÇÕES COM FOCO NAS JUVENTUDES NEGRAS.
O PREVISTO NO PPA DE 2017 ESTAVA NA AÇÃO “PRÓ-PAZ JUVENTUDES”, com 2,8 milhões de reais empenhados e **2,3 milhões de reais liquidados**, correspondendo a mais de **80% DO VALOR EMPENHADO.**

2018



NÃO HOUVE AÇÕES COM FOCO NAS JUVENTUDES NEGRAS.
O PREVISTO NO PPA DE 2018 ESTAVA NA AÇÃO “PRÓ-PAZ JUVENTUDES”, com 8,6 milhões de reais empenhados e **8,4 milhões de reais liquidados**, representando mais de **95% DO VALOR EMPENHADO.**

2019



NÃO FOI POSSÍVEL LOCALIZAR INFORMAÇÕES sobre os valores empenhados e/ou executados para ações voltadas às juventudes, **EM ESPECIAL ÀS JUVENTUDES NEGRAS.**

2020



NÃO HOUVE AÇÕES COM FOCO NAS JUVENTUDES NEGRAS.

O PREVISTO NO PPA DE 2020 ESTAVA NA AÇÃO “PARÁ JOVEM”,

com 22 milhões de reais empenhados e **7 milhões de reais liquidados**, o que representa menos de **35% DO VALOR EMPENHADO**.

2021



NÃO HOUVE AÇÕES COM FOCO NAS JUVENTUDES NEGRAS.

As informações sobre os valores empenhados e executados em programas voltados para as juventudes **não foram descritas**.

2022



NÃO HOUVE AÇÕES COM FOCO NAS JUVENTUDES NEGRAS.

O PREVISTO NO PPA DE 2022 ESTAVA NA AÇÃO “PARÁ JOVEM”,

com **7,7 milhões de reais empenhados e liquidados**, representando quase **100% DO VALOR EMPENHADO**.



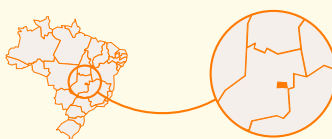
O VALOR DESTINADO À AÇÃO “IMPLEMENTAÇÃO DO PARÁ JOVEM”

aumentou consideravelmente em 2022, **DEVIDO À PANDEMIA DE COVID-19**.

CONHEÇA O PRÓ PAZ JUVENTUDE

O Pro Paz Juventude, iniciativa do governo do Pará, promove políticas públicas voltadas para a inclusão, formação e capacitação de jovens, oferecendo cursos profissionalizantes em polos como UFPA, UFRA, Sacramenta, Mangueirão, IESP e na Unidade Integrada Pro Paz (UIPP) da Terra Firme. O programa tem como principal objetivo assegurar a plena cidadania e preparar jovens entre 18 e 29 anos para o mercado de trabalho. Para alcançar esses resultados, o Pro Paz conta com a colaboração da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (Seter).

DISTRITO FEDERAL



No Distrito Federal, a **Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento** **INFORMOU QUE NÃO PÔDE RESPONDER À SOLICITAÇÃO**, pois isso exigiria a realização de **ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES ADICIONAIS**, além do tratamento de dados e informações.

Já as **Secretarias de Comunicação e Desenvolvimento Rural, Segurança Pública, Desenvolvimento Urbano e Habitação, e de Ciência, Tecnologia e Inovação** **COMUNICARAM QUE NÃO REALIZARAM AÇÕES VOLTADAS PARA AS JUVENTUDES NEGRAS NO PERÍODO DE 2013 A 2022**.

A **Secretaria da Família e Juventude**, criada em 2023, **ESCLARECEU QUE NÃO FOI CAPAZ DE RESPONDER À SOLICITAÇÃO**, visto que **a demanda se refere a ações executadas** entre 2012 e 2023, **PERÍODO ANTERIOR À SUA CRIAÇÃO**.

Por outro lado, a **Secretaria de Justiça e Cidadania**, por meio da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial,

RELATOU TER REALIZADO AÇÕES

QUE IMPACTARAM AS JUVENTUDES NEGRAS DE FORMA DIRETA E INDIRETA.

2019



REALIZAÇÃO DA FEIRA DE EMPREENDEDORISMO ÉTNICO-RACIAL, EVENTO EM QUE JOVENS NEGROS E NEGRAS EMPREENDEDORES DO DISTRITO FEDERAL TIVERAM UMA PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA.

2021



Lançamento do **PLANO DISTRITAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (PLADIPIR)**, QUE, ENTRE SEUS OBJETIVOS, INCLUI AÇÕES VOLTADAS ÀS JUVENTUDES NEGRAS, COMO:

- 1) **assegurar a participação de jovens** negros, ciganos, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais em espaços institucionais;
- 2) **promover políticas públicas nas áreas** de ciência, tecnologia e inovação, direcionadas para as juventudes negras, indígenas e ciganas; e
- 3) **fomentar ações de combate à violência** contra jovens dessas populações.



CRIAÇÃO DO CONSELHO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (CODIPIR), estabelecido pela Lei nº 6.789, de 14 de janeiro de 2021, **GARANTINDO A REPRESENTAÇÃO DO SEGMENTO DA JUVENTUDE EM UMA CADEIRA**.

2022

Realização da **V CONFERÊNCIA DISTRITAL DA IGUALDADE RACIAL**.

A **Secretaria de Educação**, por meio da Assessoria de Comunicação,

RELATOU AS AÇÕES REALIZADAS EM ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL

DURANTE O MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

POR FIM, A SECRETARIA DE GOVERNO INFORMOU QUE,

ENTRE 2013 E 2022, foram criadas diversas legislações voltadas para as **JUVENTUDES NEGRAS NO DISTRITO FEDERAL:**

2013



Decreto nº 34.651, de 11 de setembro de 2013, **que dispõe sobre a INSTITUIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO PLANO DE ENFRENTAMENTO À MORTALIDADE DA JUVENTUDE NEGRA NO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO METROPOLITANA (PARA EXECUÇÃO DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO ESTADO).**

2022



Lei nº 7.129, de 12 de maio de 2022, **que dispõe sobre a CRIAÇÃO DA SEMANA DISTRITAL EM DEFESA DA VIDA DA JUVENTUDE NEGRA, A SER REALIZADA ANUALMENTE ENTRE OS DIAS 13 E 18 DE MAIO.**



A SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA **INFORMOU QUE**, entre 2013 e 2022, realizou **audiências públicas relacionadas aos grupos de trabalho do hip-hop e ao comitê permanente do graffiti, expressões artísticas e culturais realizadas principalmente por jovens negros e negras.**

JÁ NOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPAS),

disponíveis no site da **Secretaria de**

Economia do Distrito Federal,

O CENÁRIO É O SEGUINTE:

2013-2016

Não foram realizadas ações com foco nas **JUVENTUDES NEGRAS.**

2017



Não há informações disponíveis sobre valores destinados às juventudes no PPA deste ano. No entanto, o relatório de execução menciona a previsão da ação **“PROMOVER RODAS DE CONVERSA COM A JUVENTUDE E POLICIAIS VOLUNTÁRIOS DO PROJETO DE COMBATE AO RACISMO PARA FORMAÇÃO POLÍTICA CONJUNTA E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL”**. Entretanto, essa ação não foi realizada devido à **“AUSÊNCIA DE LIBERAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS”**, conforme registrado no relatório.

2018-2021

Não foram realizadas ações com foco nas **JUVENTUDES NEGRAS.**

PRINCIPAIS AÇADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS



AMAZONAS (2021):

A **Secretaria Executiva de Segurança Pública** adotou as diretrizes do **PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL 2021-2030**.

Entre as metas, a de número 4 estabelece a prioridade para **AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, COM FOCO NA REDUÇÃO DA LETALIDADE DE JOVENS NEGROS, MULHERES E OUTROS GRUPOS VULNERÁVEIS.**

PARÁ (2014):

O I SEMINÁRIO DA JUVENTUDE QUILOMBOLA DO ACARÁ

teve como um de seus **principais objetivos** **A COLETA DE DADOS PARA COMPOR O ATLAS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO ESTADO.**

DISTRITO FEDERAL

(2022):

Foi instituída a Lei nº 7.129, de 12 de maio de 2022,

CRIANDO A SEMANA DISTRITAL EM DEFESA DA VIDA DA JUVENTUDE NEGRA, A SER REALIZADA ANUALMENTE ENTRE OS DIAS 13 E 18 DE MAIO.

BAHIA (2022):

O III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS (ENEKI)

foi realizado em Acupe, Santo Amaro, **REUNINDO ESTUDANTES QUILOMBOLAS DE DIVERSAS REGIÕES.**

RIO GRANDE DO SUL (2013):

FOI DESTINADO UM MONTANTE DE R\$ 965.751,14 **PARA AÇÕES VOLTADAS À "IGUALDADE RACIAL, ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO",**

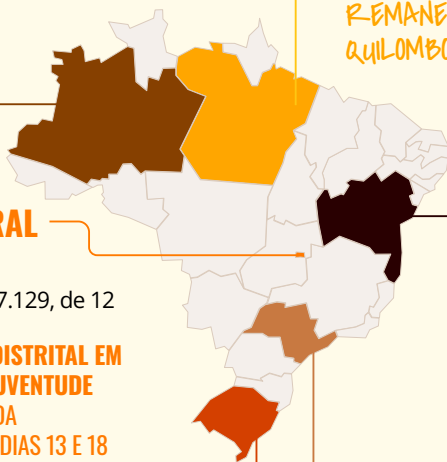
dos quais R\$ 22.000,00 foram alocados especificamente para

INICIATIVAS DE REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS DE JOVENS NEGROS.

SÃO PAULO (2014):

O **governo estadual** incorporou **DE FORMA PERMANENTE A DISCIPLINA**

"QUESTÃO ÉTNICORACIAL" na formação curricular dos Policiais Militares.



NOTA METODOLÓGICA: A partir de diálogos com o Conselho Político da pesquisa, definimos analisar alguns estados que contemplassem as diferentes regiões do país, com atenção especial ao Nordeste e Norte por concentrarem um alto número de jovens, segundo dados do Censo de 2022, e Nordeste, Norte e Sudeste por apresentarem os maiores índices de população negra, segundo IBGE. Foram consideradas, assim, a atuação das unidades da federação do Amazonas e Pará, na Região Norte, da Bahia, Pernambuco e Ceará na Região Nordeste, de São Paulo na Região Sudeste, do Distrito Federal no Centro-Oeste e do Rio Grande do Sul na Região Sul, com especial interesse nas áreas de educação, equidade de raça, gênero e sexualidades, segurança pública, cultura, terra e moradia, saúde, emprego, trabalho e renda.

RECOMENDAÇÕES



RECOMENDAÇÕES



1

APRIMORAMENTO DOS INSTRUMENTOS:

Recomenda-se o aprimoramento dos instrumentos existentes e a criação de novos, que facilitem e tornem mais transparentes o acesso às ações realizadas pelos governos federal e estaduais. Além disso, é necessário que ministérios e secretarias realizem a coleta e a publicização de dados de forma desagregada por raça/cor, gênero, geração e território.

2

CAMPANHA DE POPULARIZAÇÃO DO ESTATUTO DA JUVENTUDE:

Sugere-se a implementação de uma campanha de popularização do Estatuto da Juventude, voltada tanto para a sociedade quanto para os órgãos estatais, uma vez que essa política pública apresenta abordagem intersetorial e de defesa da equidade para juventudes marginalizadas, como as juventudes negras. Tal campanha poderá criar um espaço de convencimento e adesão pública para a implementação e priorização do Estatuto da Juventude em diferentes setores públicos.

3

CURSO DE FORMAÇÃO PARA GESTORES PÚBLICOS:

Propõe-se a criação de um curso de formação para gestores públicos sobre o Estatuto da Juventude e a efetiva implementação dos direitos das juventudes, com ênfase na intersetorialidade, na equidade e na interseccionalidade como forma de pensar soluções para as juventudes negras.

4

COLETA DE INFORMAÇÕES PELO SINAJUVE:

Recomenda-se que o SINAJUVE colete informações periódicas sobre as políticas públicas voltadas para as juventudes, considerando o recorte interseccional de raça, gênero e território, de modo a mensurar de forma mais precisa o alcance dessas políticas.

VOCÊ CONHECE O SISTEMA NACIONAL DA JUVENTUDE (SINAJUVE)?

O SINAJUVE, criado pela Lei nº 12.852/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 9.306/2019, organiza a articulação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil para promover políticas públicas de juventude. Suas diretrizes incluem a descentralização das ações, participação social, respeito à diversidade, atuação em rede e transparência. Seus objetivos visam integrar políticas para jovens, compartilhar boas práticas, incluir as políticas de juventude no planejamento governamental, ampliar conhecimento sobre a juventude e incentivar a cooperação entre diferentes poderes. A adesão ao sistema é voluntária para Estados, Municípios e Distrito Federal.

5

GRUPOS DE GESTORES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS:

propõe-se que o sinajuve constitua grupos de gestores nacionais, estaduais e municipais para orientar a construção de políticas públicas voltadas para as juventudes, orientadas por dados interseccionais, que consigam responder às particularidades dos problemas enfrentados por jovens negros no Brasil e que estejam adequadas aos diferentes territórios.

6

PRIORIDADE NAS ACESSÓRIAS DE DIVERSIDADE:

Que as assessorias de diversidade dos ministérios, em nível federal, tratem o tema juventudes como prioritário, garantindo assim a transversalidade e a intersetorialidade das políticas para esses segmentos.

7

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS DELIBERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Recomenda-se que as organizações da sociedade civil e movimentos sociais promovam ações de conscientização da importância da participação social nos planejamentos orçamentários, acompanhando ativamente momentos de orçamentos participativos e se apropriando propriamente de discussões sobre os Planos Plurianuais e as leis de diretrizes orçamentárias para cobrar a inserção das juventudes negras.



**ACESSE O
RELATÓRIO COMPLETO**

BIBLIOGRAFIA

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. **Última Década**, Viña del Mar, CIDPA, n.º16, p. 119-155, mar, 2002.

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.º 5/6, p. 25-36, maio-dez, 1997 (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade).

BRASIL. **Plano Juventude Negra Viva**. Ministério da Igualdade Racial, Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva/2024_Plano_Juventude_Negra_Viva_.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

CONJUVE. Conselho Nacional da Juventude. **Relatório**: evidências sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012 a 2020. Instituto Cíclica, 2021. Disponível em: <<https://institutociclica.org/publicacoes/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

EM MOVIMENTO; PACTO DAS JUVENTUDES PELOS ODS (ORG.). **Atlas da Juventude**: Evidências para a transformação da juventude, 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>>. Acesso em: 08 out. 2024.

FRANÇA, Michael; NASCIMENTO, Fillipi. **Equidade e Representatividade: Síntese de evidências sobre a presença de mulheres e pessoas negras em cargos de liderança e autoridade**. Fundação Lemann e Núcleo de Estudos Raciais do Insper, 2023. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/BDapCkOVyOqPHPgV1AesiWLDY5I9Y8d1sDo7KWqc.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2024.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **Censo GIFE 2022-2023**. São Paulo: GIFE, 2023. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2022-2023>>. Acesso em: 02 out. 2024.

MOURA, B. F. Violência matou mais de 15 mil jovens no Brasil nos últimos 3 anos. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-08/violencia-matou-mais-de-15-mil-jovens-no-brasil-nos-ultimos-3-anos>>. Acesso em: 05 out. 2024.

OLIVEIRA, V. H. N.; LACERDA, M. P. C. DE; NOVAES, R. C. R. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e71209, p. 1-19, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Prevenindo e combatendo o perfilamento racial de pessoas afrodescendentes**: Boas práticas e desafios. Departamento de Comunicações Globais e Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos, 2020.

RAMOS, S. et al. **Pele alvo**: a bala não erra o negro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/11/RELATORIO_REDE-DE-OBS_PEL-ALVO3_final.pdf>. Acesso em: 09 out. 2024.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 24, pp. 16-39, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>>. Acesso em: 15 set. 2024.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Diagnóstico situacional e diretrizes para políticas públicas para as juventudes rurais brasileiras**. 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/259/1/SNJ_Diagn%c3%b3sticodejuventudeRural_2018.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

PESQUISA JUVENTUDES NEGRAS

**MAPEAMENTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO E DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES NEGRAS**

Um panorama das ações e investimentos estatais voltados
às juventudes negras, entre 2013 e 2022

RELATÓRIO ILUSTRADO

